

Obras Públicas - Construções

António Emílio Gomes & Filhos, Lda.

VIAS DE COMUNICAÇÃO . TERRAPLANAGENS . URBANIZAÇÕES  
REDES DE SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUAS

EMPRESA CERTIFICADA



## Declaração

[a que se refere a alínea a) do nº 1 do artigo 57.º]

Jorge Miguel da Silva Mendes, cartão de cidadão nº 11885755, residente na Rua das Rosas, nº 74 – Casal dos Matos, 2410 249 Pousos - Leiria, na qualidade de representante legal da empresa **ANTÓNIO EMILIO GOMES & FILHOS, LDA.** Pessoa colectiva nº 500 023 727 com sede em Reguengo do Fetal, e escritórios na Rua da Figueira da Foz nº 354 Leiria, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de «**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA REPARAÇÃO DE ROTURAS NAS REDES DE ABASTECIMENTO PÚBLICO DE ÁGUA DO CONCELHO DE POMBAL**» declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos, nos seguintes documentos, que junta em anexo:

- Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do **anexo I** ao presente Código, do qual faz parte integrante;
- Plano de Trabalhos;
- Plano de Mão-de-obra;
- Plano de Equipamento
- Plano de Pagamentos; Plano de Pagamentos Gráfico
- Proposta de Preço
- Nota Justificativa do preço proposto
- Memória descritiva e justificativa do modo de execução da obra;

**Sede:** Reguengo do Fetal • **Serviços Adminis. e Correio:** R. da Figueira da Foz, nº 354 – 1.º - Apartado 17 • 2401-970 Leiria

**Tel.:** 244 820 800 • **Fax.:** 244 820 809 • **E-mail.:** aeg.filhos@mail.telepac.pt

- Certidão permanente

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que:

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;

b) Não foi condenada por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional;

c) Não foi objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional;

d) Têm a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal;

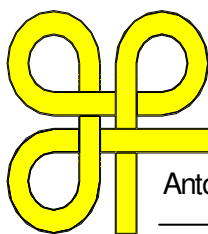
e) Têm a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal;

f) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na Alínea b) do n.º 1 do artigo 71º da Lei nº 19/2012, de 8 de Maio, e no nº 1 do artigo 460º do presente Código;

g) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho ;

h) Não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal;

i) Não foi condenada por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes



Obras Públicas - Construções

António Emílio Gomes & Filhos, Lda.

VIAS DE COMUNICAÇÃO . TERRAPLANAGENS . URBANIZAÇÕES  
REDES DE SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUAS

EMPRESA CERTIFICADA



*i)* Participação em actividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Acção Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;

*ii)* Corrupção, na acepção do artigo 3.º do Acto do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Acção Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;

*iii)* Fraude, na acepção do artigo 1.º da Convenção relativa à Protecção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;

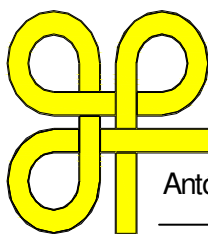
*iv)* Branqueamento de capitais, na acepção do artigo 1.º da Directiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;

*j)* Não prestou, a qualquer título, directa ou indirectamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

5 - O declarante têm pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas *b)*, *d)*, *e)* e *i)* do n.º 4 desta declaração.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja



Obras Públicas - Construções

António Emílio Gomes & Filhos, Lda.

VIAS DE COMUNICAÇÃO . TERRAPLANAGENS . URBANIZAÇÕES  
REDES DE SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUAS

EMPRESA CERTIFICADA



imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra -ordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Leiria, 29 de fevereiro de 2016

